

# ARQUEOLOGIA – DIVULGAÇÃO – UNIVERSIDADE: PALAVRAS-CHAVE PARA UM NOVO CONTRATO SOCIAL <sup>(\*)</sup>

MARIANA DINIZ

Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras de Lisboa

m.diniz@fl.ul.pt

**Resumo:** Pretende-se neste texto reflectir sobre a posição da Arqueologia universitária, no panorama complexo da sociedade contemporânea, reconhecendo que alguns dos elementos centrais neste debate não são do domínio exclusivo da Arqueologia, mas remetem para a missão da Universidade enquanto instituição, e outros tópicos extravasam a Arqueologia universitária porque remetem para todos os lugares da *praxis* arqueológica. Neste cruzamento de perspectivas, que se torna particularmente agudo, face às pressões aparentemente(?) contraditórias da Pós-Modernidade e do Neo-Liberalismo, desenham-se alguns trajectos, que contemplando a divulgação como questão central nas agendas do futuro, permitam estabelecer, entre a Arqueologia e o mundo contemporâneo, um novo contrato social.

**Palavras-chave:** Arqueologia; Divulgação; Universidade; Pós-modernidade; Neo-liberalismo.

Reflectir sobre o trinómio Arqueologia – Divulgação – Universidade, num momento como o actual, em que se alteram profundamente as relações entre Sociedade e Ciência, exige uma reflexão mais alargada que, num primeiro ponto, ultrapassando o campo restrito da Arqueologia, questione o destino da Universidade, o papel que esta desempenha e os rumos possíveis da sua acção futura.

Na sua relação com o Conhecimento e com a Sociedade, a vocação primordial da Universidade pode ser definida como antitética à natureza de outros organismos, desenhados para divulgar ciência e cultura entre públicos vastos. As instituições universitárias são, por tradição, concebidas para transformar um sujeito, que pertencia ao “grande público”, (se) não num especialista, pelo menos num iniciado

a uma área específica do saber, capaz de decifrar e de construir mensagens em códigos próprios, inteligíveis pelos seus pares, mas não necessariamente acessíveis aos não-iniciados.

Este poder alquímico da Universidade que gera, em segmentos específicos do Conhecimento, a distância entre o sujeito portador de formação académica e o cidadão comum, decorre da frequência de um, ou de vários dos seus ciclos de estudos, e da consequente aquisição de metodologias de produção e análise crítica de informação que, num movimento de crescente especialização como o que caracteriza a história da Ciência, são próprias de um grupo restrito.

Neste sentido, o processo de domínio e construção de Conhecimento, como qualquer outro proces-

so que percorra etapas, possui um carácter quase iniciático, e o ingresso num estabelecimento de Ensino Superior devia projectar o indivíduo para sucessivas plataformas de leitura do real, cada vez mais distantes do senso comum.

Ao longo da sua história, a Universidade tem convivido de forma absolutamente pacífica com este seu isolamento face à “sociedade civil”. A dificuldade, quase o secretismo que cercava a ciência aí produzida parecia, não só aos olhos dos universitários, mas também dos não-universitários, uma característica própria e essencial aos Altos Estudos.

No entanto, a solidão dos sábios, se legítima face ao comum dos mortais, nunca o foi face aos seus pares, e a apresentação de resultados, sintetizada no célebre adágio “Publish or Perish”, foi sempre entendida, pela Universidade, como vital. A informação devia circular, de forma rápida, entre especialistas na matéria, capazes de entender e legitimar a produção de um indivíduo, ou de uma equipa. Em qualquer domínio do Conhecimento, as elites do saber constituíam os alvos prioritários da produção universitária.

A Universidade, financiada por fundos públicos ou por dinheiros privados, não entendia como sua a missão de directamente divulgar, em circuitos não especializados a informação que gerava. Este conhecimento devia, no entanto atingir por múltiplos trajectos, e por entrepostas pessoas ou instituições, o todo social, e no campo das Ciências Sociais e Humanas, a formação, no seio da Universidade, daqueles que viriam a ser professores, em diferentes ciclos do ensino obrigatório ou do ensino secundário, pareceria um dos mais eficazes mecanismos de exportação para o mundo real do conhecimento gerado intra-muros.

A sociedade demonstrava, no entanto um interesse desigual pelas produções universitárias, e no âmbito das Humanidades, a História ocupou sempre um lugar destacado junto de públicos mais alargados, com graus variáveis de erudição, mas capazes de aceder a um discurso que, pelo escasso emprego de jargão científico, foi sempre consumido em círculos não-universitários.

A Arqueologia, inscrita na tradição portuguesa, na esfera das ciências históricas —ainda que o perfil de alguns dos seus mais notáveis fundadores pudesse ter ditado um outro rumo mais próximo do das Ciências

da Natureza, sobretudo no caso da Arqueologia Pré-histórica— podia ter beneficiado de esta circulação de informação, mas a utilização de um vocabulário específico, sobretudo em torno dos elementos da cultura material, a referência a períodos cronológicos remotos e mais recentemente o carácter transdisciplinar que esta assume, ampliam esse abismo, e nem o fascínio, mais ou menos generalizado, que a descoberta de alguns vestígios do Passado desperta foi suficiente para criar um público informado e interessado nos resultados da actividade arqueológica.

Nos últimos momentos do século XX, o fosso entre a cultura erudita e as formas populares de cultura, entre a Universidade e o grande público, parecia incontornável, mas, nos finais do segundo milénio, a falência dos modelos sociais assentes em formas de Autoritarismo permite o desenvolvimento de outras coordenadas de acção social, que afectam o desempenho e as expectativas dos indivíduos e das instituições.

As antigas formas de circulação de Conhecimento, assentes numa cadeia vertical de transmissão de informação, próprias de sociedades fortemente hierarquizadas parecem, perante a crescente democratização do Ocidente, desajustadas, e torna-se necessário desenhar outras arquitecturas de propagação de dados, que permitam novas fórmulas de divulgação dos saberes.

Este desafios, que não são exclusivos da Arqueologia praticada em âmbito universitário, mas que se colocam de uma forma global à Ciência, qualquer que seja o seu cenário de acção, derivam da estranha, porque (só?) na aparência incompatível, combinatória de posturas pós-modernas e de perspectivas neo-liberais da qual emerge um novo imaginário, onde se embaraçam conceitos de justificação e de responsabilidade social, com os mais pragmáticos, e menos idealistas, princípios da utilidade, da eficácia e do rendimento.

Será portanto neste outro ambiente epistemológico, criado por novas regras sociais e políticas, em grande medida resultantes de pressões externas, que se questiona o rumo de instituições, na origem profundamente elitistas —como seria a Universidade e o Conhecimento que esta cria— no espaço de sociedades que se pretendem cada vez mais igualitárias e participativas.

A Universidade encontra-se hoje entre o fogo cruzado de pós-modernos, e das suas múltiplas exigências no que toca à democratização e ao livre acesso ao conhecimento, e de neo-liberais, para quem o sucesso e os resultados da instituição, medidos em números e percentagens, se esgotam numa avaliação quantitativa, realizado no curto prazo.

Por isso, o Conhecimento adquire, no mundo contemporâneo, novas propriedades e deve assumir novos compromissos. Conceitos hoje correntes, mas que não integravam a linguagem da Ciência, como o de impacto social ou de eficiência financeira, de integração de novos públicos ou de aceitação das regras do mercado, constituem inequívocos sinais de uma revolução epistemológica em curso.

O mundo exterior, representado sob a forma de Público, nas suas múltiplas encarnações, torna-se um protagonista decisivo na organização das agendas científicas, capaz de exigir discursos à sua medida, ao mesmo tempo que sustenta a produção de um conhecimento que considera socialmente pertinente, e do qual se torna consumidor.

Define-se assim um novo contrato social, entre o cientista e o cidadão, que inclui, com a democratização dos saberes, as cláusulas previstas pela pós-modernidade e, com a viabilidade económica, as premissas do neo-liberalismo.

Exige-se portanto à Universidade, que não possuía, na sua longa tradição, qualquer aptidão para lidar com o *Grande Público*, mas sim com os pequenos e restritos públicos que gera no seu interior, que se reinvente e que encontre meios de executar este novo contrato social.

A Universidade tem que desenvolver competências que não estavam inscritas no seu código genético, provocando em si mesma uma mutação que lhe permita responder às expectativas da pós-modernidade, democratizando um saber que se considerava elitista, e às solicitações do neo-liberalismo, submetendo-se às leis da oferta e da procura que regulam o mercado.

O reconhecimento desta nova dimensão social e extra-muros, no quotidiano das Universidades, sintetiza-se no novo adágio “Go Public or Perish”, no qual se admite que a existência decorre não da vida da instituição em si mesma, mas da sua capacidade em atingir e captar públicos. Vocacionada para produzir

Conhecimento, mas sem hábitos reais de divulgação alargada, a Universidade tem necessariamente que encontrar formas de se tornar pública, concebendo novas modalidades de relacionamento com o exterior e novos canais de difusão.

Neste momento de mudança, o Público surge como figura suprema, enquanto moderna panaceia de todos os males, como o do isolamento e dos tiques de autoridade que os pós-modernos condenam, ao indivíduo e às instituições, e o da insolvência financeira, que os neo-liberais não admitem.

A divulgação, a múltiplos grupos e em diferentes cenários, parece o mais eficaz caminho a percorrer nesta paisagem. Uma relação mais estreita entre a Universidade e os diferentes públicos que esta saiba captar funciona, em simultâneo enquanto mecanismo de justificação social — porque a adesão pública reflecte o impacto e portanto a pertinência social do conhecimento produzido — e de viabilização financeira destes organismos — porque a existência de públicos legitima o emprego de fundos estatais e/ou porque a existência de consumidores garante a sobrevivência do produto.

Para os mais pessimistas, os resultados da pressão social, à qual se responde procurando uma visibilidade crescente — e da pressão financeira, que se resolve com liquidez orçamental — podem condicionar a Universidade a produzir um Conhecimento *à la carte*, sujeito à pressão e ao gosto do mercado e da concorrência, em suma a oferecer produtos de digestão fácil, que se submetam à tirania das audiências e do sucesso de bilheteiras, contribuindo para a existência de uma *trash science*, muito apelativa e vendável.

Mas divulgar não é necessariamente sinónimo de um facilitismo, de que a Universidade sempre suspeitou. O Conhecimento, ao adquirir uma dimensão social, hoje entendida como prioritária, inverte o cenário clássico, e se antes competia ao público fazer um esforço para atingir o cientista, hoje compete ao cientista fazer um esforço para atingir o público.

Numa aproximação que requer novos meios e novas fórmulas de apresentação de resultados, que justifica a introdução de novas temáticas nos discursos científicos e, que exigirá novos perfis no interior da Universidade que deve protagonizar, ou integrar-se, em projectos de difusão de elevada qualidade.

Esta abertura da Universidade ao exterior coincide, no caso específico da Arqueologia, com a crescente visibilidade social da disciplina, resultante da aplicação no terreno do Protocolo de Malta, assinado em 92, mas cujos efeitos só se fazem sentir no final dessa década.

Esta interferência do Passado na actividade quotidiana, que traduz a assunção do princípio do poluidor-pagador na esfera do património, não pode estar socialmente associado a uma carga negativa, na qual a actividade arqueológica é exclusivamente percebida enquanto entrave ao progresso. E nesta relação, conflituosa ou de sucesso, que a Arqueologia desenvolve,

de forma crescente, com a sociedade contemporânea, a Arqueologia universitária tem um papel a desempenhar.

Na actualidade, o impacto e a justificação social de uma disciplina universitária mede-se, em primeiro lugar, e ainda que este possa ser um critério discutível, pela sua capacidade de captação de alunos. Neste plano, a Arqueologia surge claramente posicionada entre as áreas científicas de maior procura. No ano corrente, das 170 vagas oferecidas em estabelecimentos do Ensino Superior, foram, na 1ª fase do concurso, preenchidas 158.

**ACESSO AO ENSINO SUPERIOR - 2008**  
**1ª fase do Concurso Nacional**  
**ARQUEOLOGIA**

Estabelecimento	Vagas	Alunos colocados
Universidade do Algarve	20	11
Universidade de Lisboa	40	40
Universidade Nova de Lisboa	30	30
Universidade de Coimbra	25	25
Universidade do Porto	35	35
Universidade do Minho	20	17
<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>158</b>

Estes valores, com *lotação esgotada* em Lisboa, Coimbra e Porto, são tanto mais significativos uma vez que, muito semelhantes aos de anos anteriores, traduzem uma procura continuada e a implantação definitiva da licenciatura em Arqueologia, enquanto área autonomizada da História, no campo das Ciências Sociais e Humanas.

A procura, sobretudo por parte de alunos jovens que realizam em Arqueologia, a sua primeira licenciatura, para ingressar no mercado de trabalho, demonstra que, ao nível do recrutamento, o desempenho da Arqueologia universitária é de notável eficácia. Estes números reflectem a resposta positiva à maior visibilidade social que a disciplina tem vindo a adquirir,

através dos múltiplos cenários onde se movimentam os arqueólogos.

A Arqueologia universitária, a quem compete a formação destes, que abandonam agora o grande público e que entram no circuito mais restrito da ciência, deve confrontar os estudantes, desde as primeiras etapas da sua aprendizagem, com a necessidade de tornar público o conhecimento arqueológico e de contribuir para um uso responsável do património, um bem comum, cuja guarda deve ser partilhada e cuja fruição é também um direito colectivo.

Mas a missão da Arqueologia universitária não se esgota na oferta de um primeiro ciclo de estudos, e hoje a Universidade dirige-se com igual empenho aos

arqueólogos que já se encontram no mercado de trabalho. Perante uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva, a formação ao longo da vida, mais que um atributo de prestígio ao alcance exclusivo de raros privilegiados, é, no presente, um bem essencial, não só ao nível do desempenho técnico, mas também ao nível da realização científica dos profissionais.

Num mundo onde a produção de informação acontece a um ritmo vertiginoso, a cristalização do indivíduo no plano da licenciatura é considerada insuficiente por um número crescente de arqueólogos que, em diferentes etapas do seu trajecto, procuram a Universidade para, no âmbito de cursos de mestrado e/ou de doutoramento, desenvolver conhecimentos, técnicas de análise e metodologias de investigação.

A Arqueologia universitária pode, ainda, oferecer a este público especializado, constituído pelos diferentes profissionais que integram a disciplina, outros produtos de valor acrescentado, como sejam cursos e workshops sobre temáticas concretas que, apesar da sua mais curta duração, permitem a necessária aproximação entre o universo do trabalho e o mundo da investigação.

Mas a responsabilidade da Arqueologia universitária não se limita à restrita relação com arqueólogos ou com estudantes de Arqueologia porque, no plano do retorno social, compete à disciplina construir discursos dirigidos aos não-arqueólogos, num mesmo desafio que se coloca às restantes ciências, em particular àquelas cuja utilidade social do produto fabricado é menos óbvia, parece menos necessária ou até nociva, aos olhos do público.

No caso específico da Arqueologia, e reconhecendo o optimismo da perspectiva, parecem estar reunidas as condições para tornar a feliz a convivência entre o Público e a Ciência, tendo em conta que:

- A necessidade de Passado é uma necessidade real, tão viva nos indivíduos como nas sociedades, e os conceitos de Identidade e Memória só parecem supérfluos àqueles que nunca os perderam. Ao invés de outros bens sociais, para os quais se inventa o desejo, cuja magnitude da urgência é directamente proporcional às verbas investidas nas campanhas de marketing, a questão das raízes e o conhecimento do trajecto dos antepassados é essen-

cial ao bem-estar, quer dos indivíduos quer dos grupos;

- A maior escolarização da população exige discursos que preencham o vazio, criado pelo abandono, associado ao êxodo rural, das leituras tradicionais acerca do Passado e da Memória dos lugares. Urge construir, sobre os Espaços e sobre os Tempos, um registo alternativo de memórias que, ultrapassando os esquemas clássicos das sociedades pouco letradas, requer a presença de arqueólogos.

O contacto com os diferentes públicos, em que o Público entidade abstracta se decompõe, implica, numa efectiva democratização do Conhecimento, uma nova atitude e uma nova linguagem por parte dos arqueólogos, que devem reservar, para os seus pares, as apresentações herméticas e hiper-especializadas.

Na Grã-Bretanha, pioneira e paladina da *Public Archaeology*, em todas as suas modalidades, crianças em idade escolar visitam departamentos e centros de investigação, onde arqueólogos de diferentes especialidades tornam acessível o Passado e as, quase sempre enigmáticas para o grande público, técnicas empregues na sua reconstrução.

Para alguns, a utilização de estes métodos é, na essência, discutível. Se, na sua provável eficácia, se aproximam das conhecidas estratégias de recrutamento do exército americano, esta constante atenção a públicos não especializados obrigaria, por pressão do mercado, a ciência universitária a transformar-se num outro produto, de mais fácil consumo e de menor substância.

Mas a abertura ao exterior, e a divulgação não são necessariamente sinónimos de uma banalização inconsequente e fugaz da ciência. Ao invés, o domínio da informação —qualquer que seja a sua natureza— parece ser, no mundo contemporâneo, um traço distintivo das sociedades mais democráticas e responsáveis.

Porque o direito ao Conhecimento é hoje uma questão de cidadania, e um sintoma de modernidade, prevê-se que a relação entre a Universidade e o Público venha a ser uma relação de sucesso. E é na construção de sociedades com acesso e domínio de diferentes tipos de conhecimento que a Universidade

deve apostar. A ignorância e a exclusão que esta geração sempre, e qualquer que seja a sua aparência, formas de pobreza e de desigualdade que devem ser combatidas.

A Arqueologia universitária tem um papel a desempenhar neste combate por uma nova Sociedade do Conhecimento, participando de forma empenhada na construção e na divulgação de memórias e de identidades sociais, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência patrimonial alargada e para a fruição e reflexão social a partir dos lugares, e das materialidades, do Passado.

Por isso, a inclusão nas agendas, da Arqueologia universitária, de espaços dedicados à divulgação não

deve ser lida enquanto estratégia de mercantilização do conhecimento, imposta por sectores neo-liberais, nem mesmo enquanto cedência às vontades de um público-tirano, protegido pela pós-modernidade, mas apenas porque difundir o Conhecimento constitui uma elementar acção de retorno, e portanto de justiça social. Neste novo contrato, entre Sociedade e Ciência, divulgar surge como um novo compromisso ditado por uma nova ética.

Setembro de 2008

## Nota

- [\*] As opiniões expressas neste texto são da inteira responsabilidade da autora e não implicam qualquer compromisso institucional.

**Resumen:** En este artículo se intenta reflexionar sobre el papel de la Arqueología universitaria en el contexto de la complejidad propia de la sociedad actual. Se reconoce que algunos elementos centrales de este debate no son exclusivos de la Arqueología, sino evocan la misión de la Universidad en tanto que institución, mientras otros sobrepasan el dominio de la Arqueología universitaria porque son comunes al ámbito de la praxis arqueológica. En este cruce de perspectivas particularmente delicado, ante las presiones aparentemente (??) contradictorias de la Post-Modernidad y del Neoliberalismo, se esbozan algunos caminos que, al contemplar la difusión como un tema central de las agendas del futuro, permitan establecer un nuevo contrato social entre la Arqueología y el mundo contemporáneo.

**Palabras clave:** Arqueología; Difusión; Universidad; Post-Modernidad; Neoliberalismo.

**Abstract:** This text aims to discuss the role of college archaeology in contemporary society. Like other university disciplines, archaeology faces new challenges in bringing together the university, the science and the public, since there is no social justification for knowledge that stands apart. After its long last elitist tradition, University needs to open its doors to reach big audiences, to get a real impact in a more democratic world. Since today, Archaeology is a sensitive issue, building social identities but at the same time stopping/delaying different kinds of work in progress, college archaeology should stand alongside with other archaeologies in order to give social return from material sources of the past.

**Keywords:** Archaeology; Go Public; University; Postmodernism; Neoliberalism.